

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Fábio Luiz R. Filho

A Instrumentalização dos Direitos LGBTQIA+ como Estratégia de Diplomacia Pública: Um
Olhar ao Caso Isrelense

Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais

São Paulo
2024

Fábio Luiz R. Filho

“Pinkwashing” e Homonacionalismo na Política Externa de Israel: A Instrumentalização dos Direitos LGBTQIA+ como Estratégia de Diplomacia Pública

Trabalho apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais sob a orientação do(a) prof.(a), dr.(a) – Elaini Cristina Gonzaga da Silva.

São Paulo

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja de maneira direta ou indireta.

Primeiramente, meu agradecimento especial à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Elaini Cristina Gonzaga da Silva, pela orientação precisa, paciência e dedicação incansáveis ao longo deste processo. Suas orientações e sugestões foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, e sua confiança em meu potencial foi uma fonte constante de inspiração.

Aos meus professores do curso de Relações Internacionais da PUC-SP, que desempenharam um papel crucial na formação da minha visão acadêmica e pessoal. Cada um de vocês, com seu saber e compromisso, me ensinou a importância de persistir na busca por um mundo mais justo.

Aos meus pais, Fábio e Cristiane, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional, pelo carinho e pelo exemplo de força e dedicação. Este trabalho é, em grande parte, fruto do amor e do compromisso de vocês comigo. Cada hora dedicada a ele foi também uma homenagem a tudo que vocês sempre me ensinaram.

Aos meus colegas de sala que se tornaram amigos para a vida, meu muito obrigado. Graças a vocês, a Universidade se tornou um espaço de amor e pertencimento.

Por fim, a todos que, de alguma forma, apoiaram, incentivaram e acreditaram em mim durante essa jornada, minha eterna gratidão.

RESUMO

RAIMUNDO FILHO, Fábio Luiz. “A Instrumentalização dos Direitos LGBTQIA+ como Estratégia de Diplomacia Pública: Um Olhar ao Caso Isrelense”.

Este trabalho explora a instrumentalização dos direitos LGBTQIA+ na política externa de Israel por meio das estratégias de “nation-branding”, focando nos conceitos de homonacionalismo e “pinkwashing”. A pesquisa investiga como Israel promove uma imagem internacional de inclusão e modernidade enquanto oculta práticas de exclusão, especialmente contra palestinos. Fundamentado em teorias de reconhecimento e multiculturalismo (Kymlicka, Taylor), e na crítica de homonacionalismo de Jasbir Puar, o estudo aborda a construção da “Brand Israel,” que posiciona o país como um “paraíso LGBTQIA+” no Oriente Médio. Analisando o uso estratégico dos direitos LGBTQIA+ para legitimar o regime israelense, o trabalho revela como essa narrativa de progressismo sexual é empregada para suavizar críticas internacionais e fortalecer alianças geopolíticas. A pesquisa contribui ao discutir a relação entre direitos LGBTQIA+ e diplomacia pública em um contexto colonial e racista, oferecendo uma análise crítica do “pinkwashing” israelense e suas implicações globais.

Palavras-chave: homonacionalismo; pinkwashing; política externa; Israel; direitos LGBTQIA+.

ABSTRACT

RAIMUNDO FILHO, Fábio Luiz. “**The Instrumentalization of LGBTQIA+ Rights as a Public Diplomacy Strategy: A Look at the Israeli Case.**”

This paper explores the instrumentalization of LGBTQIA+ rights in Israel’s foreign policy through “nation-branding” strategies, focusing on the concepts of homonationalism and pinkwashing. The research investigates how Israel promotes an international image of inclusion and modernity while concealing practices of exclusion, especially against Palestinians. Grounded in theories of recognition and multiculturalism (Kymlicka, Taylor) and Jasbir Puar’s critique of homonationalism, the study examines the construction of “Brand Israel,” positioning the country as an “LGBTQIA+ heaven” in the Middle East. By analyzing the strategic use of LGBTQIA+ rights to legitimize the Israeli regime, the paper reveals how this narrative of sexual progressivism is employed to soften international criticism and strengthen geopolitical alliances. The research contributes by discussing the relationship between LGBTQIA+ rights and public diplomacy in a colonial and racist context, offering a critical analysis of Israeli pinkwashing and its global implications.

Keywords: homonationalism; pinkwashing; foreign policy; Israel; LGBTQIA+ rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gal Gadot posa para a Revista Maxim.....	8
Figura 2 – Blue Star PR, Pride Propaganda.....	9
Figura 3 – Blue Star PR, Pride Propaganda.....	9
Figura 4 – Fotografia que exhibe bandeira LGBTQIA+ na Faixa de Gaza.....	13
Figura 5 – Mapa mental sobre convergências e divergências entre autores.....	20
Figura 6 – Mapa mental sobre críticas centrais ao “Pinkwashing”	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de Favorabilidade de Israel.....	6
--	---

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico de Produções Acadêmicas Acerca de Pinkwashing.....	4
Gráfico 2 – Gráfico de Favorabilidade de Israel.....	7
Gráfico 3 – Visitantes e Turistas em Israel 2016 – 2022.....	11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW	Comitee on the Elimination of Discrimination Against Women (Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher)
GGB	Grupo Gay da Bahia
IDF	Israel Defense Forces (Forças de Defesa de Israel)
QAIS	Queers Against Israeli Apartheid
QUIT	Queers Undermining Israeli Terrorism
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Trans, Bissexuais, Queers, Intersexo e Assexuais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NACIONAL: "BRAND ISRAEL" E O "NATION-BRANDING"	5
3. “PINKWASHING” NA POLÍTICA EXTERNA ISRAELENSE: DEFINIÇÃO E ESTRATÉGIAS	14
4. DIREITO DAS MINORIAS COMO FERRAMENTA DE DIPLOMACIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA	22
5. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

A história dos direitos LGBTQIA+ em Israel é marcada por avanços notáveis, que antecedem conquistas similares em muitas nações ocidentais, e por políticas que asseguram, em grande parte, a inclusão de cidadãos LGBTQIA+ nos direitos civis e sociais.¹ Desde a abolição das leis anti-sodomia em 1988, passando pela proibição de discriminação no local de trabalho (1992), até a permissão de participação de pessoas LGBTQIA+ nas Forças de Defesa de Israel (1993) e o reconhecimento de casamentos entre pessoas do mesmo sexo realizados no exterior (2006), Israel consolidou-se como um “paraíso gay” no Oriente Médio, associando-se à valores de democracia e liberdade (StandWithUs Brasil, 2019, p. 3). No entanto, enquanto essas políticas promovem uma imagem internacional de democracia inclusiva, elas também ocultam limitações estruturais e seletivas na aplicação desses direitos.

Essas contradições são refletidas nas Leis Básicas de Israel, que, em ausência de uma constituição formal, governam o país e definem os princípios dos direitos dos cidadãos. O objetivo dessas Leis Básicas é proteger a “dignidade humana e a liberdade”, mas com a condição de “estabelecer os valores do Estado de Israel como uma unidade judaica e democrática”, como descrito no artigo primeiro da Lei. Tal definição, então, permite a negação dos direitos e liberdades de identidades dissidentes e não judaicas, como os árabes israelenses, que são percebidos em geral como uma ameaça à unidade nacional, da consideração.

Dado o exposto, nota-se que as condições em Israel e nos territórios ocupados são totalmente diferentes. As crianças árabes palestinas têm educação de qualidade muito inferior às crianças judias, com turmas muito maiores e uma taxa de evasão escolar mais alta (Coursen-Neff, 2000). Mais recentemente, a política de habitação deteriorou ainda mais as condições de vida das famílias palestinas, pois muitas vezes se conecta a demolições de casas (Pappe, 2011; Cheshin et al., 1999). As vastas restrições a essa representação política e tomada de decisão, geralmente associadas à história nacional de expansionismo, deixam a desigualdade arraigada (Masalha, 1999).

As tensões implicadas neste caso ilustram um dilema ético: a disparidade entre a autorrepresentação de Israel como um estado democrático e igualitário e sua prática

¹ O uso da sigla LGBTQIA+ (Lesbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais e outras expressões de sexualidade e gênero) é uma recente atualização de sigla que visa ser uma forma ampla e inclusiva de representar diversas orientações sexuais e identidades de gênero, o objetivo dessa grafia é dar visibilidade a identidades historicamente marginalizadas, a adição do “+” é uma forma de assegurar que novas identidades emergentes também possam se sentir representadas, mantendo a sigla adaptável e inclusiva.

discriminatória real contra cidadãos palestinos. No cerne da crítica de Jasbir Puar em “*Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times* (2007)” está essa mesma questão, que ela condensa na noção de "homonacionalismo", por meio da qual os direitos LGBTQIA+ são utilizados como um instrumento para consolidar uma identidade nacional baseada na supremacia cultural. A autora ressalta que, devido à alegação de que é uma democracia inclusiva em relação aos árabes, Israel obtém apoio ocidental, uma vez que a própria prática desocupa e desnormaliza sua ocupação e práticas expansionistas. Esse processo foi denominado “*pinkwashing*”, um termo usado para descrever a apropriação de causas queer pelos Estados para pintar uma imagem progressiva e mascarar opressões maiores e muito mais cruas — o que alguns acadêmicos críticos (como Simon Anholt, 1996) chamariam de estratégia de “marca-nação”. O termo começou a ser usado no marketing do câncer de mama. Foi reaproveitado em 2010 pelo coletivo QUIT (*Queers Undermining Israeli Terrorism*) para destacar o suposto uso indevido dos direitos LGBTQIA+ como uma isca para as infrações de direitos humanos contra palestinos (Schulman, 2010).

Articulados juntos, esses dois termos denotam Israel como um “refúgio *queer*” ao mesmo tempo em que relegam as lutas dos palestinos LGBTQIA+. Ao impor e moldar um discurso de modernidade, o Estado consegue esconder as injustiças que perpetra contra os palestinos, reproduzindo assim a divisão entre um “Ocidente progressista” e um “Oriente retrógrado”. Esta pesquisa discute principalmente Israel, uma vez que serve como o caso em questão para este fenômeno, sublinhando a relevância global da questão através do caso e da constituição mútua de “*pinkwashing*” e homonacionalismo em diferentes contextos nacionais onde os direitos LGBTQIA+ são instrumentais nas narrativas nacionalistas subjacentes. A pesquisa é, naturalmente, motivada pela extrema relevância que a situação entre Israel e Palestina adquire na política contemporânea, e o uso de discursos de direitos das minorias para apoiar projetos imperiais e despolitizar identidades, como revelado em uma literatura que se concentrou nisso por autores como Will Kymlicka, Charles Taylor, Clifford Bob.

No contexto nacional do Brasil, por exemplo, observa-se que falar sobre Israel e Palestina guia e molda discursos e tendências políticas. Simultaneamente, o Brasil está investindo na promoção de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo como “destinos inclusivos”. Enquanto isso, se essas cidades são anunciadas como capitais LGBTQIA+ do turismo na América Latina, a estrutura real para as comunidades LGBTQIA+ locais responde com violência estrutural, discriminação e exclusão social — principalmente contra pessoas trans e negras. Em 2018, houve 256 homicídios LGBTQIA+ no Brasil, principalmente de pessoas trans. Destes dados, coletados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) por meio de notícias

na mídia, houve 242 homicídios no ano, contabilizados; isso coloca o país no mais violento do globo em relação a essa população. De fato, tais exemplos ao redor do mundo comprovam o fenômeno de que os direitos LGBTQIA+ agem como um encobrimento para interesses políticos e econômicos em escala global. Para uma exploração do “*pinkwashing*” e do homonacionalismo em outros contextos, um debate interessante sobre esses tópicos é provavelmente um dos mais fundamentais para dar uma ideia do que, como as políticas de identidade conseguem sustentar a reputação internacional de um país — e conseguem sustentá-la sem entregar direitos de cidadania de “primeira classe” às suas classes mais marginalizadas.

Como indicado, a discussão do estudo se desenvolverá sobre Israel/Palestina, dado o caráter referencial no debate sobre o “*pinkwashing*”, reconhecido internacionalmente como um dos casos mais emblemáticos. Em uma pesquisa automática de amostra aleatória no Google Acadêmico de fontes com foco em “*pinkwashing*”, entre 30% e 50% das fontes incluídas são designadas sob um foco específico em Israel e Palestina, um local geralmente na vanguarda de tais debates. Embora haja discussão análoga na literatura ao “nacionalismo de gênero” e “nacionalismo feminino”, este artigo desenvolverá a discussão sobre homonacionalismo, bem como “*pinkwashing*”; essas são questões que, apesar de terem alcançado a opinião pública internacional anteriormente por meio da mídia, continuam sendo tópicos que apresentam uma lacuna nas publicações na área academicamente em termos de língua portuguesa, de acordo com uma pesquisa feita pelo Google Acadêmico, onde apenas 10%-15% das referências sobre “*pinkwashing*” são escritas por autores brasileiros ou em português e 5%-10% para Israel em particular, isso significa que, ao pesquisar a temática, dos 5.910 resultados encontrados acerca de *pinkwashing* em uma pesquisa rápida no Google Acadêmico, ao incluir o filtro relacionado a produção lusófona, apenas 256 resultados são carregados. Portanto, busca-se cobrir o vácuo deixado pela inexistência de uma revisão bibliográfica organizada em português, possibilitando uma futura linha de produções que possam abordar não apenas essa dinâmica, mas também adentrar contextos mais locais e latino-americanos.

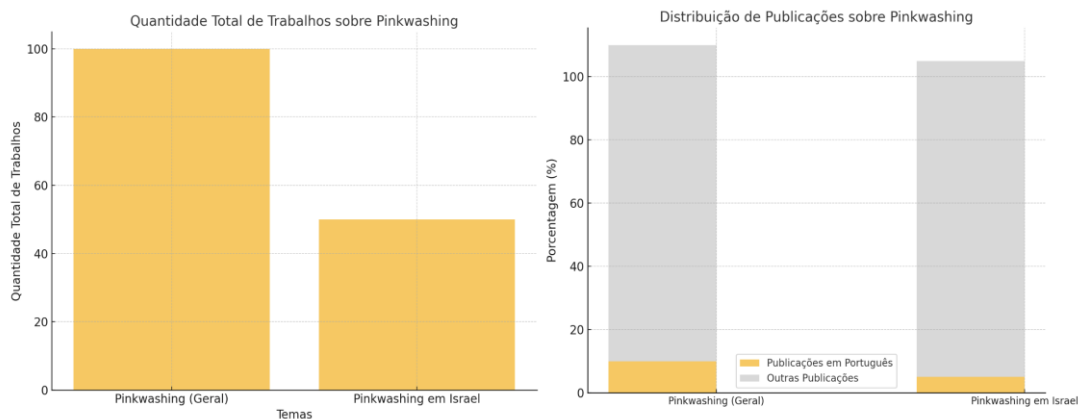


Gráfico 1. Quantidade total de trabalhos sobre Pinkwashing. Elaboração própria.

Assim, por meio de uma lente interpretativa, com foco na literatura acadêmica e em documentos sobre “nation-branding”, “homonacionalismo” e “*pinkwashing*”, a construção da marca israelense em relação aos direitos LGBTQIA+ será questionada. A coleta de dados é realizada em textos fundacionais, de autores como Simon Anholt, introduzindo a ideia de “*nation-branding*”, e Jasbir Puar, avançando a teoria do homonacionalismo, bem como por teóricos e ativistas sobre o marketing de Israel como um lugar receptivo à comunidade LGBTQIA+. A visão interseccional, na bibliografia centrada no multiculturalismo de Kymlicka e outros autores desse campo, nos permite considerar como tais políticas impactam diferentes grupos sociais, especialmente as identidades queer palestinas, e traz à tona a instrumentalização dos direitos LGBTQIA+ como uma ferramenta de diplomacia pública.

O primeiro objetivo específico é examinar minuciosamente como a imagem nacional de Israel como um “paraíso LGBTQIA+” foi construída, fundamental para obter, também, as bases sobre as quais sustenta a discussão da inclusão promovida pelo Estado. Este capítulo cumprirá esse objetivo. Ele desenvolverá o significado teórico necessário para compreender o quanto diferente a estratégia de diplomacia pública de Israel para representação é vista como uma democracia moderna e inclusiva de uma perspectiva global. O trabalho também posiciona essa autorrepresentação como aquela que deve se distanciar do subdesenvolvimento tipificado por seus vizinhos, ao mesmo tempo em que se torna querida pelas potências ocidentais.

O segundo objetivo é examinar o “*pinkwashing*” como uma ferramenta de diplomacia pública. As táticas são o que o segundo capítulo aborda, expondo as estratégias empregadas por Israel para reforçar sua imagem internacional por meio dos direitos LGBTQIA+. Trazendo o termo “*pinkwashing*” para a relação com a marca-nação, ele analisa as causas e os públicos-alvo, bem como a eficácia de tal estratégia no reforço das alianças geopolíticas de Israel,

também se aprofundando em como o “*pinkwashing*” é transformado para justificar atos nacionais e estrangeiros.

O terceiro objetivo do artigo é considerar as implicações do homonacionalismo na política de exclusão. Isso será estabelecido na análise a ser feita no terceiro capítulo, onde as contradições com a experiência das minorias, especialmente entre os LGBTQIA+ palestinos, e a alardeada imagem progressista de Israel são apresentadas. Este capítulo explora como o homonacionalismo destaca direitos LGBTQIA+ específicos e os integra à narrativa nacionalista israelense, ao mesmo tempo em que marginaliza identidades que não se encaixam nesse quadro do modelo para enfatizar a exclusão seletiva e a dinâmica de poder adicional dentro do estado. Em quarto lugar, ampliar o debate sobre “*pinkwashing*” e homonacionalismo para contextos globais. Por fim, este último objetivo permite que a investigação transcenda o caso preciso de Israel e sugere a aplicação dos conceitos explorados em outros cenários ao redor do mundo. Portanto, tem relevância para o campo das Relações Internacionais como uma reflexão crítica que trabalhos futuros podem destrinchar ao detalhar mais instâncias da instrumentalização dos direitos LGBTQIA+ em diferentes Estados.

Dessa forma, portanto, este estudo espera aumentar não apenas a compreensão do uso dos direitos LGBTQIA+ como um veículo para a diplomacia pública na instância israelense, mas também estender os estudos para mais contextos para fortalecer sua relevância para acadêmicos e para discursos globais sobre políticas de identidade de inclusão e exclusão e, assim, provocar compreender posteriormente de forma mais profunda as dinâmicas que integram essas lacunas de produção de conhecimento relativas às temáticas.

2. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NACIONAL: “*BRAND ISRAEL*” E O “*NATION-BRANDING*”

Cada nação possui um nome e uma imagem únicos que impactam a percepção tanto nacional quanto internacional. Assim, toda nação pode ser vista como uma marca. Simon Anholt em seu texto “*Twenty-First Century* (1996)”, apresenta a noção de “*nation-branding*” para elucidar as motivações dos Estados em estabelecer uma “marca” que destaca os aspectos distintivos de sua história e cultura, diferenciando-se assim de outras nações e garantindo vantagens específicas no Sistema Internacional. Em outras palavras, esse conceito diz respeito a como um Estado cultiva sua imagem no cenário global enquanto simultaneamente comercializa essa imagem de uma maneira atraente para potenciais investidores, turistas e

quaisquer outras entidades que possam gerar benefícios para o respectivo país. Maiko Gomes (2021), em sua tese de mestrado para a Universidade Estadual da Paraíba, "Nacionalismo Para Quem? Uma Análise Genealógica do Pinkwashing Israelense" diz que:

“O início da Guerra Fria catalisou um aumento notável nos estudos de Relações Internacionais centrados nos métodos pelos quais os Estados poderiam aprimorar suas imagens e empregar estratégias de propaganda para adquirir poder e influência dentro do Sistema Internacional.” (Gomes, 2021, p.60)

Nesse sentido, de acordo com Eytan Gilboa (2006), Professor e Diretor do Centro de Comunicação Internacional da Universidade Bar-Ilan, em seu texto *"Public Diplomacy: The Missing Component in Israel's Foreign Policy"*, no início do século XXI, pesquisas de opinião pública foram conduzidas pela Liga Europeia Antidifamação em 2004 junto ao Ministério de Relações Exteriores de Israel a fim de compreender a posição para com o Ocidente. O relatório indicou que, enquanto em 2002 quatro países europeus tinham uma visão favorável de Israel, em 2004 apenas a Itália mantinha essa perspectiva. O apoio a Israel caiu significativamente na Bélgica, Espanha, Holanda e Suíça, e países escandinavos, como a Dinamarca, viram uma queda drástica no apoio, de 28% em 1982 para 9% em 2002. Na Noruega, 44% apoiavam os palestinos, em contraste com apenas 9% que se identificavam com Israel (Gilboa, 2006, p. 731-732).

País	Favorável 2002	Favorável 2004	Tendência Favorável	Desfavorável 2002	Desfavorável 2004	Tendência Desfavorável
Áustria	21	23	↑	29	32	↑
Bélgica	26	18	↓	30	38	↑
Dinamarca	31	23	↓	27	35	↑
França	23	22	↓	28	30	↑
Alemanha	29	21	↓	24	27	↑
Itália	41	40	↓	19	20	↑
Espanha	14	13	↓	34	40	↑
Suíça	24	17	↓	34	46	↑
Holanda	34	25	↓	35	43	↑

Reino Unido	29	24	↓	21	26	↑
Estados Unidos	58	59	↑	35	35	—

Tabela 1: Tabela de Favorabilidade de Israel . Gallup, fevereiro de 2002. Centro de Pesquisa de Opinião Pública. Gilboa, 2006, p. 731

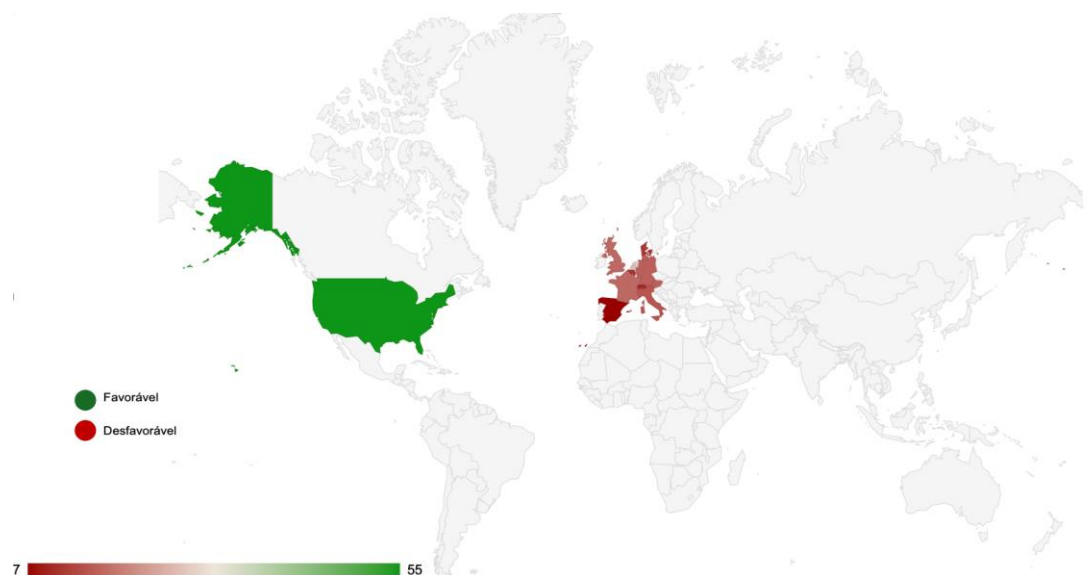


Gráfico 1: Gráfico de Favorabilidade. Gallup, fevereiro de 2002. Centro de Pesquisa de Opinião Pública. Gilboa, 2006, p. 731

No mesmo ano, segundo Vera Michlin (2010) *“Winning the Battle of the Narrative”*, a *“Brand Asset Valuator”* realizou uma análise sobre a reputação de Israel feita em parceria com a empresa de marketing americana *“Young & Rubicam”*. Na ferramenta de análise de marca desenvolvida por eles, mostrou-se que as faixas etárias mais jovens percebiam a imagem de Israel como mais negativa na Europa e mais positiva nos EUA; como destaca a autora, entretanto, mais de 50% da população dos países ocidentais não tem uma opinião formada sobre Israel, indicando, portanto, uma oportunidade de engajamento com esse público.

Evangelos Tziallas (2014) em *“The new ‘Porn Wars’: representando a sexualidade gay masculina no Oriente Médio”* vê que, de fato, o programa financiado pelo Ministério das Relações Exteriores de Israel era, portanto, orientado para elevar os produtos israelenses e melhorar o turismo na nação, "como uma marca de identidade nacional única e desejável, semelhante a como a Itália evoca imagens de alta costura, vinho e arte" (Tziallas, 2014, p.20). Foi então, em 2005, como uma iniciativa sob o Gabinete do Primeiro-Ministro em conjunto com o Ministério das Finanças e o Ministério das Relações Exteriores — que supervisionava o

programa chamado "Marca Israel" ou "*Brand Israel*" — que a "Marca Israel" nasceu, constituindo uma campanha de relações públicas do governo de Israel para limpar sua imagem negativa imposta a ele devido às suas políticas separatistas e ocupações prolongadas em terras palestinas. Segundo Joy Elisson (2012, p. 53-54), em seu texto "Retórica reciclada: a marca Israel *"pinkwashing"* em contexto histórico", os três Ministérios adotaram a Marca Israel com a consciência de que o país precisa conquistar adeptos nos países desenvolvidos do "Primeiro Mundo". Referindo-se a essa política, Gomes (2021) relata que a Ministra das Relações Exteriores, Tzipi Livni, conferiu um orçamento de 18 milhões de dólares para a diplomacia pública e a promoção do turismo israelense, dos quais 4 milhões foram direcionados à gestão da "*Brand Israel*", 3 milhões destinados à diplomacia pública israelense e 11 milhões foram para o Ministério do Turismo de Israel na América do Norte e Europa por Schulman (2011a.). A estratégia israelense se destacou porque, dentro dos países ocidentais, identificou nichos de mercado específicos e desenvolveu estratégias para atendê-los. Schulman relata que Israel em 2007 dirigiu sua primeira campanha para jovens heterossexuais, especialmente homens — um público que antes não demonstrava interesse no país. Posando em uma série de outras fotos de mulheres em serviço no exército, elas chamaram isso de uma forma de atividade diplomática conhecida nos círculos críticos feministas como "Diplomacia do Biquíni". Isso foi feito pela Maxim, a revista portuguesa para adultos em parceria com o Ministério de Relações Exteriores Israelense.



Figura 1. Gal Gadot posa para a revista Maxim, em uma edição especial "Mulheres das IDF", Maxim e Ministério das Relações Exteriores de Israel, 2007

Schulman também relatou que, em uma conversa com David Saranga, Cônsul Geral de Israel, um estudo de acompanhamento provou que essa ação havia criado percepções significativamente melhores de Israel entre os leitores.

“Abordar a Maxim nos permitiu direcionar nossa mensagem para a geração mais jovem, especialmente os homens, e para um público que não via Israel como relevante ou que não se identificava particularmente com o país.” (Schulman, 2010.a, p.30)

Com base no sucesso dessa reaproximação com a agenda feminista liberal em 2010, a mesma fonte relata que a "Brand Israel" lançou a campanha "*Tel Aviv Gay Vibe*", novamente promovendo Tel Aviv como a meca turística para o LGBTQIA+ ocidental com um investimento inicial de US\$ 88 milhões. As mídias sociais e digitais direcionadas a esse público exibiram anúncios.



Figura 2. Blue Star PR, Pride Propaganda. Jasbir Puar e Maya Mikadashi, 2012, p.3

Pouco depois que o Tel Aviv Gay Vibe recebeu um investimento inicial de US\$ 88 milhões, relatou, Saranga, falando na sessão do Conselho Público de Tel Aviv, os gastos governamentais israelenses para promover o turismo gay na principal cidade de Israel atingiram US\$ 94 milhões em 2010 (Schulman, 2011.a, p.5).



Figura 3. Blue Star PR, Celebrate Pride in Israel. Jasbir Puar e Maya Mikadashi, 2012, p.4

Um dos principais eventos de 2018 foi entre o Consulado Geral de Israel em São Paulo, a Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil e a AccorHotels. Garantindo a presença do consulado na 22ª Parada do Orgulho LGBT em São Paulo. Tudo isso não visava apenas fortalecer os laços com a comunidade LGBTQIA+, mas também a boa vontade em relação a Israel, que mais tarde seria traduzida em um fluxo de ganhos econômicos e políticos para o Estado (Tziallas, 2014, p.56).

De acordo com a revista de negócios hebraica *The Marker*, em 2017 a receita de turistas estrangeiros durante a Semana do Orgulho de Tel Aviv chegou a cerca de US\$ 30 milhões. Torna-se um atrativo turístico muito atrativo, impulsionando a economia, ajudando hotéis, restaurantes, locais de entretenimento. Conforme observado por esta revista, a Prefeitura de Tel Aviv observou que muitos turistas retornam e gastam em média US\$ 270 por dia.

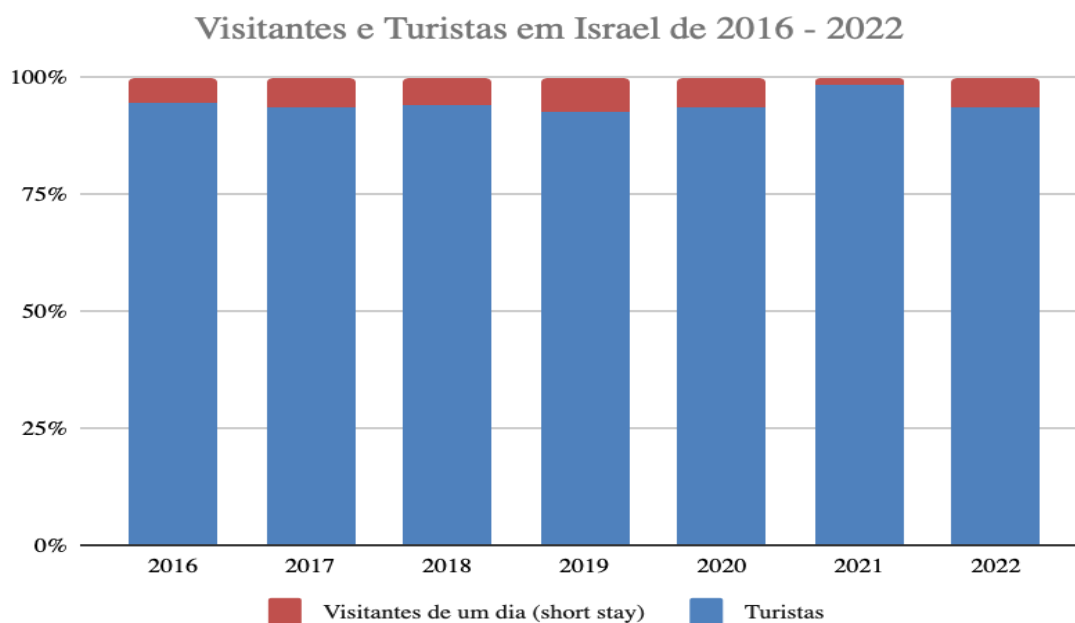


Gráfico 2. Visitantes e Turistas em Israel 2016 - 2022. APA, Chicago, Harvard, MLA & Bluebook. GILBOA, 2006, p. 733

É essa estratégia, de acordo com Malaman, que é mais aproximada pelo que Patrick Wolfe (1999) chamou de "colonização de colonos por povoamento sistemático", pois no processo de reforço de alianças políticas, é criada uma capacidade de manutenção e normalização de um regime de ocupação contínua. Esse tipo de colonização, de acordo com Wolfe, não quer ocupar temporariamente o espaço, mas sim consolidar seu domínio perpetuamente, substituindo populações indígenas - no caso, as populações palestinas - e implantando instituições políticas e culturais firmemente entrincheiradas na sociedade colonizadora. A ocupação é legitimada por meio desse modelo de aliança política, que converte a situação em uma que se torna entrincheirada, estável e difícil para a população indígena resistir, perpetuando assim a dominação colonial.

A lacuna entre esses discursos e as realidades das vidas de palestinos e israelenses LGBTQIA+ é o que interessa a grupos ativistas como “Queers Against Israeli Apartheid” (QAIS) e Al-Qaws. A QAIS, por exemplo, argumenta que ter “Orgulho em Tel Aviv” é contrastar fortemente com o lugar onde os palestinos são despojados do básico na vida e em sua própria terra, onde a livre circulação é difícil e a liberdade de expressão é limitada. A líder comunitária de Al-Qaws, Haneen Maikey, diz que as chamadas liberdades LGBTQIA+ das

quais Israel se autoprojeta não pertencem à sociedade palestina que permanece, no entanto, circunscrita em sua liberdade de circulação, expressão e direitos humanos.

Maikey vê isso como prova de como a inclusão LGBTQIA+ é usada por Israel como uma ferramenta para apresentar uma imagem internacional higienizada enquanto a relação estrutural real de opressão e controle é exercida sobre os palestinos. Conforme observado por Coursen-Neff (2003) em seu trabalho "Discriminação contra crianças árabes palestinas no sistema educacional israelense", as crianças árabes palestinas estão sendo submetidas a uma educação inferior, com salas de aula superlotadas e sem recursos. Além disso, de acordo com Pappé (2011), em *"The Forgotten Palestinians: A History of the Palestinians in Israel"*, e Cheshin et al. (1999), em *"Separate and Unequal: The Inside Story of Israeli Rule in East Jerusalem"*, as políticas de moradia e demolições de casas prejudicam as condições materiais de vida dos palestinos e os empurram ainda mais para a exclusão social, o que Masalha (1999) afirma que também pode ser argumentado que as restrições às atividades políticas contribuirão para seus discursos expansionistas ao negar as necessidades básicas dos palestinos e, portanto, aumentar a desigualdade.

Isso foi mostrado no documentário *"The Garden"* (2003) de Ruthie Shatz — um documentário que acompanhou a vida cotidiana de dois jovens palestinos queer que vivem na periferia de Tel Aviv, o bairro *"The Garden"*. O filme aborda a história de um imigrante ilegal palestino de 17 anos chamado Nino e seu amigo e protetor, um árabe israelense de 18 anos chamado Dudo. Ambos tiveram uma criação problemática e vivem nas ruas, ganhando a vida por meio da prostituição ou do tráfico de drogas. Esse é o tipo de realidade econômica, racismo e exclusão enfrentados por essas pessoas, o que devidamente destaca o "refúgio" da cidade para a comunidade LGBTQIA+. Este curta-metragem é uma personificação gritante da linha tênue entre estabilidade de vida de pessoas queer sendo capazes de explorar abertamente suas sexualidades e a violência racial intrínseca que esses corpos vivenciam. Ruthie Shatz, a diretora do documentário, acompanhou os meninos por um ano com microfones em carros que seus clientes trouxeram com eles.

Organizações de direitos humanos, incluindo *Human Rights Watch* e *Equality Now*, novamente ressaltaram a seriedade dessa realidade ao enviar relatórios ao comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) sobre as condições brutais dos palestinos LGBTQIA+ em Israel. Emma Graham-Harrison conta no *The Guardian* (2024) como os palestinos queer, ao tentarem encontrar refúgio no país, geralmente enfrentam uma atmosfera de ódio onde até mesmo as comodidades básicas de proteção legal não são acessíveis. O contraste aqui destaca a instrumentalização dos direitos

LGBTQIA+: a afirmação e a proteção de subjetividades queer são permitidas apenas enquanto desconectadas com uma identidade árabe palestina ou muçulmana, marcando assim uma visão de modernidade seletiva e excludente e apontando para a base racista da formação do estado israelense.

Internamente, dados recentes da Aguda, “*The Association for LGBTQ Equality in Israel (2023)*”, a maior organização da sociedade civil em Israel para a proteção de direitos LGBTQIA+, mostram que houve um aumento de 93% nos incidentes de violência contra pessoas LGBTQIA+ em Israel, em comparação com o ano passado, o que também revela a clara disparidade entre a imagem pública progressista do país e a experiência cotidiana de sua própria comunidade queer local. A presidente da Aguda, Yael Sinai Biblash, aponta os altos níveis de discriminação e violência enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ israelenses, saudando a narrativa de Israel como um refúgio para pessoas LGBTQIA+. Essas estatísticas de violência e discriminação delineiam o contraste entre a realidade interna vivenciada e a narrativa internacional promovida por Israel.

Ainda assim, para Schulman (2011.b.), em seu texto ‘*Pinkwashing*’ no *The New York Times*, no entanto, é compreensível que pessoas LGBTQIA+ de todo o mundo se sintam atraídas pelo discurso israelense, uma vez que carregam consigo o peso emocional da LGBTQIA+fobia. A maioria dessas pessoas, em algum momento de suas vidas, enfrentou algum tipo de repressão ou violência por causa de suas identidades de gênero ou orientações sexuais. Como mostra o artigo “Hot Guys in Tel Aviv” de Amit Kama e Yael Rama, publicado no jornal Oxford em 2020, a alta visibilidade das identidades gays promovidas por instituições estatais e a inclusão social já haviam sido capazes de garantir, então, um sentimento de segurança e aceitação de suas individualidades, gerando sentimentos positivos relacionados ao regime sionista, mesmo que isso não seja um reflexo honesto da realidade social do país.



Figura 4. Fotografia que exhibe a bandeira LGBTQIA+ na Faixa de Gaza durante os conflitos entre Israel e a Palestina em outubro de 2023. The Guardian, 2023.

Acima, como noticiado pelo The Guardian em Junho de 2024, encontra-se uma das duas imagens do soldado israelense Yoav Atzmoni segurando a bandeira LGBTQIA+, em meio às ruínas de Gaza, no meio da bandeira encontra-se escrito: “em nome do amor”, em árabe, hebraico e inglês. A foto, que foi postada no Instagram pelo governo israelense em novembro de 2023, ainda conta com a legenda: “A primeira bandeira do orgulho levantada em Gaza.”

3. “*PINKWASHING*” NA POLÍTICA EXTERNA ISRAELENSE: DEFINIÇÃO E ESTRATÉGIAS

Como supracitado, a literatura apresentada demonstra que a promoção destacada dos direitos LGBTQIA+ por parte de Israel posiciona estrategicamente o país como uma democracia progressista dentro do cenário geopolítico do Oriente Médio, contrastando com países vizinhos onde esses direitos permanecem menos proeminentes.² Essa campanha,

² É importante notar que, o foco nas perspectivas de homens gays tanto no “*pinkwashing*” em Israel quanto na literatura associada reflete uma combinação de fatores como: visibilidade histórica, interesses econômicos e narrativas culturais que promovem a aceitação LGBTQIA+ em Israel. Historicamente, homens gays têm obtido maior visibilidade nos movimentos LGBTQIA+, como se viu nas primeiras lutas por direitos nos EUA e a crise do HIV/AIDS. Em Israel, figuras como Uzi Even, o primeiro membro abertamente gay do *Knesset* (assembleia legislativa) consolidaram essa visibilidade. No país, a promoção de Tel Aviv como um destino “gay-friendly” e a inclusão de homens gays nas Forças de Defesa reforçaram essa imagem de progresso focado na identidade gay masculina. Assim, as narrativas de “*pinkwashing*” frequentemente desconsideram questões interseccionais que afetam outros grupos, como lésbicas, pessoas trans ou não-binárias porque desafiam camadas mais complexas de normas e papéis de gênero. A narrativa de “*pinkwashing*” israelense, tende, portanto, a favorecer representações

frequentemente associada ao conceito de “*Brand Israel*” visa retratar Israel como moderno e tolerante, utilizando os direitos LGBTQIA+ como uma plataforma para influência global e gestão de imagem diplomática, nesse ínterim, a literatura acadêmica interpreta esse fenômeno dentro do arcabouço do “*pinkwashing*” — um termo que designa a instrumentalização dos direitos LGBTQIA+ como estratégia para desviar o foco das práticas coloniais de Israel e de sua ocupação contínua dos territórios palestinos.

Originalmente, o conceito de “*pinkwashing*” foi adaptado de críticas no marketing social, especialmente em campanhas sobre o câncer de mama, sendo redefinido por grupos da sociedade civil, como o *Queers Undermining Israeli Terrorism (QUIT)*, e posteriormente adotado pela literatura queer referente ao tema por autoras como Jasbir Puar e Sarah Schulman. Segundo Sarah Schulman (2010), o “*pinkwashing*” envolve a apropriação de agendas LGBTQIA+ por estados e corporações para reabilitar sua imagem pública. No caso de Israel, o “*pinkwashing*” se manifesta em práticas como a promoção de Tel Aviv como destino LGBTQIA+-friendly e a ênfase em políticas inclusivas nas Forças de Defesa de Israel (*IDF*), onde indivíduos LGBTQIA+ podem servir abertamente. Acadêmicos que analisam o “*pinkwashing*” interpretam o termo a partir de diversas perspectivas, refletindo contextos políticos e sociais distintos. Essas interpretações abrangem desde o uso geopolítico dos direitos LGBTQIA+ até a gestão de imagem corporativa, cada uma enfatizando diferentes aspectos do impacto do conceito sobre direitos, identidade e narrativas sociais.

Existem, no entanto, várias abordagens para o *pinkwashing* na literatura acadêmica. Enquanto acadêmicos como Julian Parodi e M. Brettschneider o definem como uma ferramenta geopolítica dos estados para mostrar poder e influência (2019; 2017), outros, como R. Haddad, estendem a noção para a arena corporativa, onde as empresas usam o tópico dos direitos LGBTQIA+ para melhorar sua imagem de marca. O “*pinkwashing*” em Israel, portanto, serve a Parodi e Brettschneider para ilustrá-lo como servindo ao posicionamento do país dentro de democracias progressistas, contra a sociedade palestina. O “*pinkwashing*” nessa visão serve à análise como uma estratégia para desviar a crítica internacional da ocupação israelense e das práticas de direitos humanos e descentralizar os direitos LGBTQIA+ para redefinir parte da identidade nacional. Haddad coloca o “*pinkwashing*” dentro de um campo muito mais amplo de responsabilidade social corporativa e sugere que ele reflete estratégias governamentais e

de aceitação “mainstream” de homens gays. Pesquisas que abordam o ‘*pinkwashing*’ a partir de uma perspectiva mais interseccional existem, mas são menos frequentes. A literatura também aponta que, embora Israel tenha avançado na inclusão LGBTQIA+, esses avanços não são distribuídos de forma equitativa entre toda a comunidade, com mulheres, pessoas trans e não-binárias frequentemente enfrentando exclusões mais sutis ou explícitas, o que também leva o estudo de caso em Israel a focalizar nas questões gays masculinas.

corporativas na medida em que o desempenho trabalhista sobre medidas para ganhos comerciais é notório e, mesmo quando o faz, geralmente fornece pouca ajuda para a inclusão no local de trabalho e mudança de sistema.

Existem diferenças em escala e intenção, as análises de “*pinkwashing*” divergem na marca nacional e na gestão de imagem localizada. Embora, embora geralmente seja uma estratégia centrada no estado para moldar percepções globais, o “*pinkwashing*” no nível Estatal tem sido visto como um exercício de “*soft power*” por acadêmicos como J. Ritchie (2015) — em que os estados, particularmente Israel, ostentam direitos LGBTQIA+ para desviar da censura internacional. Sendo essa inclusão LGBTQIA+ uma imagem de tolerância nacional com as nações ocidentais, melhorando as relações e agregando valor em suas relações diplomáticas. No nível local, alguns acadêmicos analisaram o “*pinkwashing*” como uma ferramenta à qual cidades ou regiões recorrem para adicionar políticas favoráveis a LGBTQIA+ dentro da estrutura de campanhas de turismo particularizadas. O que G. Hickey (2024) explora como os municípios colocam em prática políticas que atrairão turistas LGBTQIA+, muitas vezes não estendendo a maioria desses direitos à comunidade LGBTQIA+ geral localmente, como foi supracitada na exposição do caso de Tel Aviv. Os diferentes caminhos entre a “marca nacional” e o “*pinkwashing*” local destacam a flexibilidade dos direitos LGBTQIA+ como um mecanismo dentro da gestão de imagem internacional e um recurso dentro das indústrias regionais de turismo. Quando a análise considera explicitamente perspectivas interseccionais e racializadas no trabalho de A. Wahab (2021) e S. Lahiri (2020), as lentes interseccionais complicam a narrativa em torno do “*pinkwashing*”: os direitos LGBTQIA+ são usados para promover uma causa que então ativamente enfraquece e ativamente segrega pessoas queer racializadas, particularmente em contextos coloniais e/ou racialmente diversos - como o de Israel. Para Brettschneider (2017), familiarizado com a realidade israelense, o “*pinkwashing*” é na verdade um processo que identifica os palestinos como homofóbicos ou atrasados em contraste com um Israel avançado. Esse “*pinkwashing*” é racializado: como uma função de manter hierarquias sociais e estratificar identidades por etnia e cultura, usando direitos LGBTQIA+ como trunfo para marcar superioridade cultural, legitimando assim enormes empreendimentos coloniais.

Nesse interim, teóricos como C. H. Schotten (2016), argumentariam que o “*pinkwashing*” não representa uma mudança significativa nas políticas locais relativas à direitos LGBTQIA+, mas que, para até as populações queers domésticas, a conjuntura de mudança realizada sob o viés de uma “política *pinkwashing*” é superficial e nunca permeia mudanças políticas significativas. Para Schotten (2016), o “*pinkwashing*” corre o risco de

diluir o ativismo queer, fazendo aberturas de inclusão e ignorando a natureza profundamente arraigada de formas estruturais de discriminação. Nesse sentido, o “*pinkwashing*” permitiria que estados ou corporações pintassem um quadro progressivo sem implementar políticas progressistas que, de fato, beneficiariam comunidades LGBTQIA+. Outros sugerem que o “*pinkwashing*” pode ser capaz de recrutar e minar o ativismo queer de base. De acordo com Haddad, o “*pinkwashing*” obscurece os movimentos queer locais ao apresentar os direitos LGBTQIA+ como “já conquistados”, empurrando assim para as margens os ativistas que continuam a sofrer com as injustiças estatais em suas comunidades, especialmente quando as políticas nacionais usam os direitos LGBTQIA+ para anunciar seus registros de direitos humanos.

O ativismo “*anti-pinkwashing*” tem sido, como argumentam Wahab (2021) e Lahiri (2020), um dos discursos considerados obrigatórios para desvendar as contradições que o “*pinkwashing*” encapsula. De acordo com esses acadêmicos, a ação do ativismo “*anti-pinkwashing*” ajuda na revelação da manipulação estatal ou corporativa dos direitos LGBTQIA+ ao reformular o foco nas questões subjacentes àquelas que estão sendo branqueadas. Algumas das críticas, no entanto, apontam para os próprios esforços “*anti-pinkwashing*” no medo de que eles possam inconscientemente acabar reforçando as estruturas que se esforçam para dismantelar. Segundo Schotten, os movimentos “*anti-pinkwashing*” podem, pelo contrário, fechar perigosamente certas formas de discurso nacionalista. Isso ocorre porque eles dão ênfase apenas aos significados ocidentais dos direitos LGBTQIA+, que não são necessariamente aplicáveis e aplicáveis em todos os contextos culturais não ocidentais. A partir dessa crítica, sugere-se que os movimentos “*anti-pinkwashing*” devem criar estruturas não universalizáveis e, em vez disso, promover estratégias que abordem as demandas particulares e as especificidades culturais das comunidades LGBTQIA+ locais.

Nesse ponto, o homonacionalismo tem sido central para as considerações de “*pinkwashing*”. Termo cunhado por Jasbir Puar em *Terrorist Assemblages* (2007), essa é a teoria de que os direitos gays e lésbicos foram incorporados a agendas nacionalistas e imperialistas, de forma similar como foi realizado com os direitos femininos, como um meio de reforçar o poder do Estado, especialmente em nações ocidentais do Norte-Global e demais contextos politicamente complexos. Esta é a mudança histórica que Puar define como homonacionalismo, com algumas identidades LGBTQIA+ sendo incorporadas ao aparato estatal — outras, especialmente as racializadas, continuam a ser marginalizadas. O homonacionalismo, para Puar, opera como uma ferramenta geopolítica nesta estrutura de reforço de estruturas coloniais e raciais, com um dos exemplos mais flagrantes sendo Israel.

Lá, para a autora, está maquiando a ocupação dos territórios palestinos com sua suposta imagem sexualmente progressiva.

Sadurní Balcells e Joan Pujol Tarrés (2015), seguindo Puar, levam o homonacionalismo muito mais longe, trabalhando nas diversas implicações políticas em diferentes contextos. Por exemplo, eles dizem que a incorporação dos direitos LGBTQIA+ em estados no Norte Global forma uma hierarquia geopolítica que legitima o colonialismo sobre o “outro”, em uma repetição que justifica a ocupação israelense e produz “efeitos racistas”. Lisa Duggan (2002) introduz a homonormatividade para conceituar a assimilação de algumas pessoas LGBTQIA+ nos novos valores sociais mais agressivos do neoliberalismo como “soldados gays”, contra aqueles que não se encaixam no excepcionalismo americano. Esse argumento é ampliado por Gross (2015), que destaca que dentro dessa incorporação neoliberal, supostamente exclusivamente receptiva ao “novo judeu”, há imposições de padrões de masculinidade atraindo novamente aqueles homens gays que podem conviver com eles e, assim, reproduzir um estilo de vida homonormativo baseado em valores estéticos e morais ocidentais - nota-se aqui, como suopracitado, que, além dos enclaves raciais que permeiam as estratégias de homonacionalismo, o processo está amplamente vinculado a uma tendência masculinizante, revelando as complexidades interseccionais de gênero que também permeiam os assuntos relativos à direitos LGBTQIA+ .

Para autores como Thiel (2014) e Ritchie (2014), o conceito de homonacionalismo revela a dicotomia entre LGBTQIA+ assimilacionistas e transgressores, o que, no contexto israelense, manifesta-se na aceitação de alguns corpos e na exclusão de outros, frequentemente racializados. O trabalho de Massad (2002), que examina o “*Gay International*,” e autores como Ahmed (2011) e Rahman (2014) expandem essa crítica ao discutir a imposição de uma identidade queer ocidentalizada em outras regiões, moldando identidades LGBTQIA+ como símbolos de modernidade enquanto marginalizam corpos árabes e muçulmanos. Para Rahman, o “excepcionalismo sexual ocidental” coloca o LGBTQIA+ como um indicador de cidadania moderna, o que contribui para a exclusão de identidades queer em contextos árabe-islâmicos.

Dessa maneira, a observação da literatura sobre homonacionalismo em Israel revela perspectivas tanto convergentes quanto divergentes entre os acadêmicos a respeito do fenômeno. Em primeira instância, embora a maioria concorde que o homonacionalismo em Israel entrelaça os direitos LGBTQ+ com objetivos nacionalistas, existem diferenças sutis em suas metodologias, áreas de foco e nas críticas que fazem uns aos outros. Acadêmicos como Puar (2015), Hartal e Sasson-Levy (2018), e Milani e Levon (2019) comumente destacam que o homonacionalismo em Israel serve como uma ferramenta estratégica para retratar o país como

uma democracia liberal e progressista. Eles argumentam que os direitos LGBTQIA+ em Israel são usados para o “*pinkwashing*” das ações e políticas do Estado, particularmente em relação à ocupação de territórios palestinos. Essa convergência é notável, pois muitos desses trabalhos citam a crítica fundamental de Jasbir Puar sobre o homonacionalismo, reconhecendo sua estrutura que conecta os direitos queer ao poder do Estado.

A maior parte da literatura, incluindo a análise de Haddad (2017) sobre estruturas de colonialismo de colonos e a análise de Hickey (2024) sobre estratégias de branding israelenses, aborda o “*pinkwashing*”, onde os direitos LGBTQ+ se tornam uma forma de soft-power. Nessa perspectiva, os autores concordam que Israel promove a inclusão queer, especialmente em cidades como Tel Aviv, para construir uma imagem internacional específica que obscurece as experiências e marginalizações das comunidades LGBTQIA+ palestinas.

Vários trabalhos, incluindo os de Hartal e Sasson-Levy (2018) e Haddad (2017), convergem no exame das dimensões espaciais e urbanas do homonacionalismo, explorando como a identidade de Tel Aviv como um centro LGBTQ+ está alinhada com o nacionalismo israelense, criando espaços que priorizam identidades queer que se alinham com as narrativas aprovadas pelo Estado. Esse foco no “homonacionalismo espacial” reflete um entendimento compartilhado sobre como o espaço é utilizado para simbolizar inclusividade enquanto exclui ou controla vozes dissidentes. Os acadêmicos irão divergir, entretanto, nas lentes teóricas e nos enfoques específicos dentro do homonacionalismo, a título de exemplo, T. Carson (2014) e Puar (2015) abordam o tema a partir de uma perspectiva pós-colonial crítica, examinando como as narrativas de inclusão LGBTQ+ se entrelaçam com o colonialismo de colonos. Em contraste, Milani e Levon (2019) formulam o conceito de “homotopia” para destacar como o homonacionalismo israelense cria um espaço excludente, mudando o foco das estruturas de poder colonial para as dimensões espaciais e linguísticas de pertencimento.

Assim, enquanto Puar (2015) e Gross (2014) são altamente críticos do contexto israelense de homonacionalismo, Hickey (2024) sugere que o homonacionalismo em Israel pode ser considerado uma marca cultural que costura uma gama muito mais ampla de questões de identidade e estado. Aqui, o argumento levanta a possibilidade de que tendências de focar somente no homonacionalismo podem ignorar outras forças que impactam os direitos queer em Israel e sugere um quadro mais amplo para entender a política LGBTQ+ e suas implicações. Discutindo como as identidades LGBTQ+ palestinas são marginalizadas pelo homonacionalismo israelense, acadêmicos como Haddad (2017) e Yosef (2023) abordam diretamente o assunto. O primeiro critica como o homonacionalismo re-assegura a dinâmica do colonialismo de assentamento, enquanto o último critica o cinema LGBTQ+ israelense por

sustentar essas narrativas, em alguns casos. Em contraste com o acima, Hartal e Sasson-Levy (2018) focam nas implicações do homonacionalismo para identidades LGBTQ+ israelenses, ainda sem tocar diretamente na experiência palestina. Isso mostra uma lacuna na literatura sobre experiências queer interseccionais entre palestinos e israelenses que vai além de outras análises de *'pinkwashing'*.

Ao analisar a literatura, observa-se que não há muitos conflitos abertos na entre os acadêmicos; a maioria constrói ou cria similaridades com as obras em vez de criar disputas “cara a cara”. Há, entretanto, como evidenciado, críticas implícitas, embora muito fortes, nas diferentes ênfases e estruturas teóricas que cada acadêmico usa; isso sugere um discurso muito maior sobre as limitações da teoria do homonacionalismo. Por exemplo, T. Carson (2014) trabalha com o homonacionalismo de Puar, embora Carson adote uma abordagem muito mais sutil ao situá-lo dentro de discursos específicos sobre militarismo e nacionalismo, fazendo, portanto, uma crítica branda contra a aplicabilidade mais ampla do conceito de Puar. Milani e Levon (2019) introduzem uma perspectiva linguística na discussão, com análises anteriores possivelmente colocando ênfase demais em fatores coloniais e geopolíticos em detrimento da dinâmica sociolinguística dentro da sociedade israelense.

Eles, portanto, compartilham esse ponto geral de crítica em relação aos motivos de Israel para usar os direitos LGBTQ+ como parte de sua marca como uma nação progressista. Embora os pontos de contraste estejam no nível de análise e foco, abordagem teórica e nível de análise, esses pontos de contraste se mostram produtivos, pois desafiam a tendência de homogeneização que está dentro da teoria do homonacionalismo, convidando assim a uma compreensão mais matizada e multifacetada das imbricações dos direitos LGBTQ+ com o nacionalismo, espaço e identidade em Israel. O acima é resumido no seguinte visual que organiza o diálogo entre as literaturas conforme estruturado e articulado pelos autores Wiegman, Puar e outros, e sua relação com as principais preocupações atribuídas ao *"pinkwashing"* e desenvolvidas em um aparato teórico para compreensão:

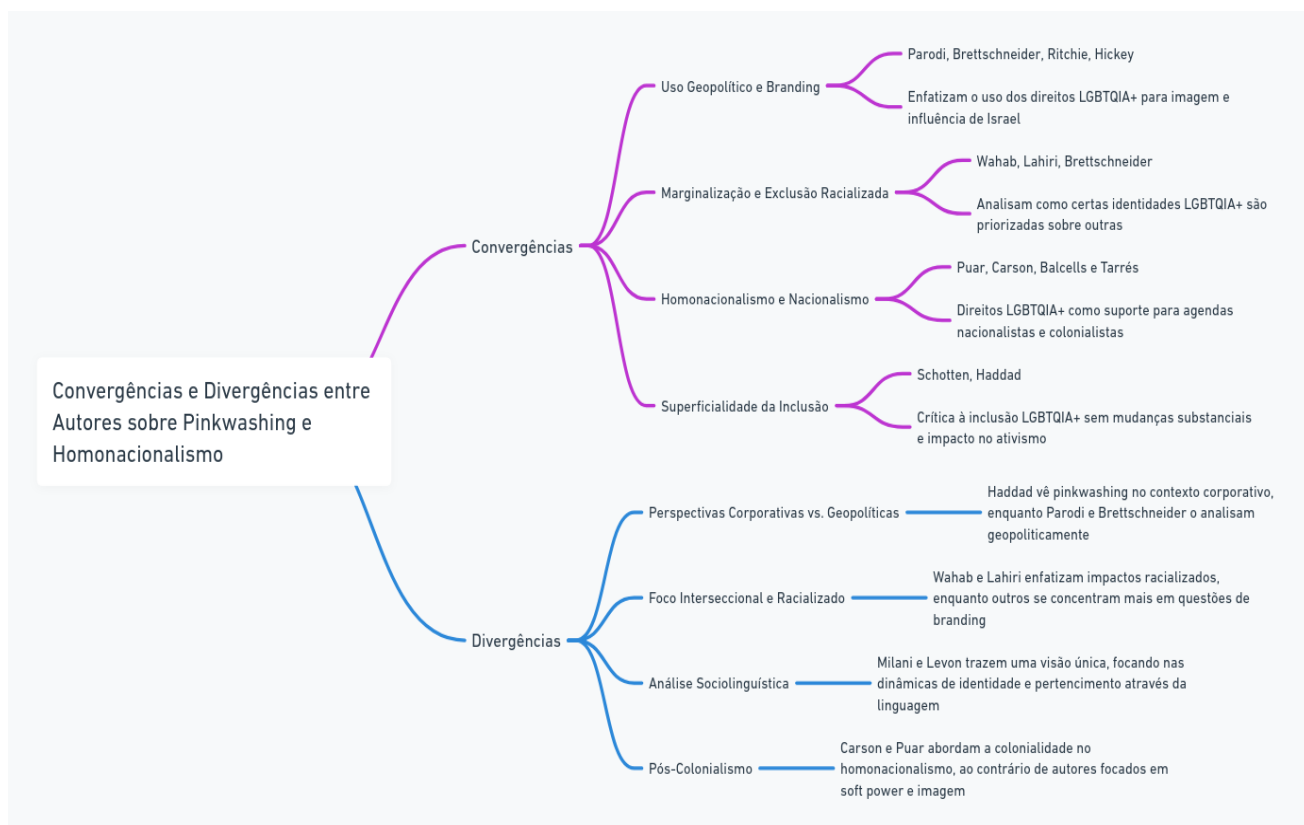


Figura 5. Mapa mental sobre convergências e divergências entre autores. Elaborado pelo autor, 2024.

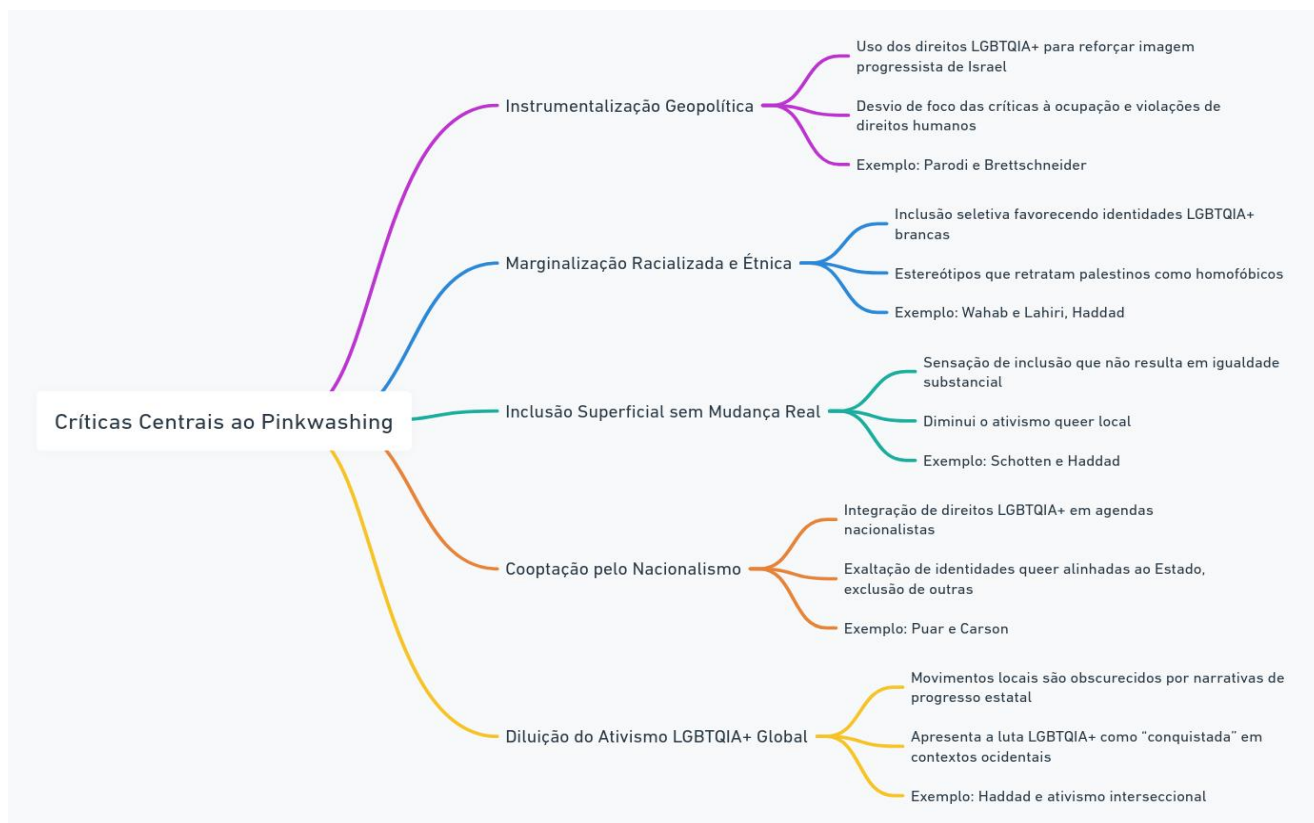


Figura 6. Mapa mental sobre críticas centrais ao "Pinkwashing". Elaborado pelo autor, 2024.

Portanto, esta análise postula que *"pinkwashing"* e homonacionalismo são co-constitutivos, com o primeiro sendo um mecanismo e efeito do último. Tal processo mostra um ato e prática além de quaisquer ações israelenses isoladas e fala de uma lógica colonial/racista de políticas internacionais que, ao mesmo tempo em que suprimem narrativas nacionalistas, servem para promovê-las ao permitir simultaneamente hierarquias de poder e reprimir a diversidade queer. Como a citação mostrou, *"pinkwashing"* é de fato incompreensível sem o homonacionalismo em segundo plano, definindo os próprios termos para que essa instrumentalidade seja eficaz e poderosa, produzindo interesses geopolíticos ao impor uma moral ocidental sobre identidades queer.

4. DIREITO DAS MINORIAS COMO FERRAMENTA DE DIPLOMACIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Nesse debate, a instrumentalização dos direitos das minorias, entendida como o uso de questões relacionadas a grupos minoritários para finalidades que vão além do benefício direto dessas populações, é um tema que desperta grande interesse nos estudos e apresenta uma possibilidade sinérgica com os estudos relacionados à *"pinkwashing"* e homonacionalismo. Diversos teóricos abordam essa questão a partir de perspectivas distintas, revelando abordagens variadas sobre a instrumentalização, o reconhecimento e a justiça social. Will Kymlicka, Charles Taylor, Clifford Bob, Kanchan Chandra, Nancy Fraser, Iris Marion Young e Homi K. Bhabha oferecem contribuições valiosas, que podem ser agrupadas em diferentes linhas teóricas, cada qual lançando luz sobre aspectos específicos dos direitos das minorias e das suas implicações para a coesão social, a justiça e as relações de poder.

Dentro da linha liberal multiculturalista, autores como Kymlicka e Taylor defendem que os direitos das minorias são fundamentais para a estabilidade das democracias multiculturais, esses autores compreendem os direitos das minorias como elementos essenciais da justiça e da inclusão, acreditando que, ao garantir proteção a grupos vulneráveis, o Estado fortalece sua legitimidade e promove coesão social. Em *"Cidadania Multicultural: Uma Teoria Liberal dos Direitos das Minorias"* (1995), Will Kymlicka argumenta que esses direitos não devem ser tratados como concessões, mas como uma necessidade ética que assegura igualdade em sociedades marcadas pela diversidade cultural. Kymlicka alerta para os perigos de instrumentalizar os direitos das minorias para fins políticos, pois tal prática enfraquece sua base

ética e compromete a confiança entre o Estado e os grupos minoritários. Essa manipulação estratégica, segundo ele, desvirtua os princípios de justiça e igualdade que devem sustentar os direitos das minorias em uma democracia. Charles Taylor, em “A Política do Reconhecimento” (1994), adota uma abordagem semelhante, ressaltando que o reconhecimento das identidades minoritárias pelo Estado é essencial para que os indivíduos se sintam incluídos e respeitados. Taylor argumenta que a falta de reconhecimento leva à alienação e ao conflito, e que o reconhecimento simbólico é fundamental para a coesão social. Embora Taylor compartilhe com Kymlicka a defesa do valor ético do reconhecimento, ele se concentra no valor simbólico da inclusão, sem entrar nas questões econômicas que outros autores consideram centrais para a justiça.

Enquanto Kymlicka e Taylor defendem os direitos das minorias a partir de uma perspectiva ética e integradora, Clifford Bob (2005) e Kanchan Chandra (2004) adotam uma visão pragmática, que considera a instrumentalização dos direitos das minorias como uma prática inevitável em contextos de competição por apoio e visibilidade, abordagem essa que auxilia a analisar como causas minoritárias podem ser adaptadas para atrair a atenção de atores influentes. Em “O Marketing da Rebelião: Insurgentes, Mídia e Ativismo Internacional”, Clifford Bob descreve como movimentos de direitos das minorias adaptam suas causas e mensagens para ganhar apoio no cenário internacional, muitas vezes sacrificando aspectos locais de suas realidades em prol de uma imagem mais atraente globalmente. Segundo Bob, existe um “mercado de causas sociais” no qual grupos competem por visibilidade e recursos, e a instrumentalização é uma prática quase inevitável nesse contexto. Já Kanchan Chandra, em seu trabalho, elabora sobre como as elites políticas usam identidades minoritárias para reforçar redes de clientelismo que favorecem o apoio eleitoral. Isso é apresentado no texto “Por que os partidos étnicos têm sucesso: clientelismo e contagens étnicas na Índia” (2004). O texto explicita que, para esta autora, o apoio aos direitos das minorias muitas vezes não é baseado em um compromisso com a justiça; em vez disso, é baseado em conveniências estratégicas que se acredita garantirem lealdades eleitorais. Isso vem como uma abordagem crítica para afirmar que, para as elites políticas, os direitos das minorias podem ser usados como uma ferramenta de conveniência política, partindo de princípios éticos defendidos por autores como Kymlicka.

Uma tradição analítica começando com Nancy Fraser (1995) e Iris Marion Young (1990) aponta para a dúvida sobre a eficácia de políticas guiadas apenas pelo reconhecimento simbólico, pois estas podem ser contraproducentes ou muito fracas se não forem acompanhadas por redistribuição econômica e compromisso real com a justiça social. Fraser, por exemplo, em “Da redistribuição ao reconhecimento?” trabalho de 1995, destroi a política desterritorializada

de identidade baseada meramente no conceito de reconhecimento, que ela temia ter perpetuado ou aprofundado as desigualdades econômicas. A autora postula a "paridade participativa", afirmando que o reconhecimento cultural deve ser acompanhado pela redistribuição econômica — de modo que todos tenham uma oportunidade igual de participar plenamente das práticas de cidadania e desfrutar da liberdade dentro da sociedade. Isso levanta críticas e questões sobre aqueles que implementam tais políticas para os direitos das minorias apenas no nível de suas garantias formais: o reconhecimento por si só constitui a criação de justiça social plena? Essa dúvida foi desenvolvida por Iris Marion Young em seu trabalho *"Justice and the Politics of Difference"* em 1990, ao enfatizar a opressão estrutural e simbólica além das categorias de desigualdade econômica. Young afirma que a justiça depende do reconhecimento e da incorporação de diferenças culturais, bem como da obliteração de estruturas de opressão que apoiam a marginalização desses grupos. A linha de crítica da autora faz referência ao que a autora chama de "imperialismo cultural": a forma em que normas e valores das culturas dominantes são impressos sobre as minorias. Para Young, esta é mais uma forma de opressão cultural que tem que ser combatida em si mesma para atingir a justiça social real. Young entende que o reconhecimento dos direitos tem que ser acompanhado por uma luta profunda contra as estruturas que perpetuam as desigualdades.

Enquanto isso, "The Location of Culture" (1994) de Homi K. Bhabha (1994), a fim de compreender os processos identitários que permeiam os debates acerca do reconhecimento dos direitos das minorias, é introduzido os termos "hibridismo" e "mimetismo" para articular a produção de identidades em processos de dominação e resistência. Enquanto, para muitos, de acordo com Bhabha, a identidade cultural é avaliada como uma identidade fixa e a ser reconhecida como tal, a interpretação do autor é que as identidades nunca são fixas, mas constantemente encontram-se em um processo "de se tornar", pois estão sendo continuamente criadas dentro de sistemas de poder. A hibridez, então, demonstra nos interstícios das formas colonizadoras de cultura as operações estruturantes de novas identidades "híbridas" que deslocam os termos de imposições binárias e, portanto, questionam a questão do essencialismo, essa visão relacional e fluida das identidades culturais fornece uma compreensão profunda das maneiras pelas quais as identidades minoritárias podem ser superdeterminadas por forças dominantes, mas também ressignificadas dentro de um campo de resistência cultural, convidando à possibilidade de rearticulação identitária fora de estruturas dominantes de poder.

Essas orientações teóricas fornecem, assim, bases fundamentais e muito ricas para compreender questões tal como o homonacionalismo e o "pinkwashing", porque existe uma lente diferente por teoria de como entender a manipulação dos direitos das minorias em

contextos políticos e sociais muito diferentes. Enquanto o multiculturalismo liberal de Kymlicka e Taylor ajuda a perceber esses limites morais e tensões produzidas ao implantar direitos para minorias, alertando sobre riscos de distorção em estratégias políticas. A abordagem pragmática de Bob e Chandra reflete como os interesses das minorias podem promover e articular demandas para desenvolver suporte estratégico em vez de refletir um compromisso genuíno com questões compartilhadas por essas minorias. Da mesma forma, as críticas que Fraser e Young nivelam ao reconhecimento simbólico sem redistribuição econômica servem para mostrar que as políticas de visibilidade que são desvinculadas de preocupações gerais de justiça social frequentemente obscurecem a profunda desigualdade e a dor material daqueles envolvidos em tais formas de visibilidade. Nesse sentido, o ponto de vista pós-colonial de Bhabha ajuda na análise da fluidez e da construção artificial de identidades quando estas são manipuladas em contextos de dominação, mas também à luz da rearticulação em processos de resistência.

Essas abordagens coletivamente fornecem ferramentas analíticas substanciais para questionar a autenticidade e as motivações por trás da promoção de certos direitos minoritários quando, especialmente, esses direitos estão sendo instrumentalizados para objetivos maiores de poder e controle. A presente estrutura analítica é de relevância especial para entender o “*pinkwashing*” no contexto Israel-Palestina.

“*Twenty-First Century*” de Simon Anholt introduz uma discussão sobre “nation-branding” que revela como os estados desenvolvem suas marcas nacionais para atrair investimentos, turismo e apoio do exterior. Isso se mostra essencial para entender a estratégia Brand Israel, uma construção que constitui o estado como um “paraíso LGBTQIA+” e uma “democracia moderna” na política regional onde os direitos LGBTQIA+ enfrentam severas restrições. As representações por meio das quais essa projeção é feita são essencialmente aquelas que Clifford Bob descreve como um processo de “instrumentalização”, por meio do qual as causas sociais são “reembaladas” para que estejam em conformidade com as expectativas e interesses de atores internacionais específicos. Essa campanha baseada em identidade funciona como uma ferramenta de diplomacia pública para Israel melhorar sua imagem no exterior, particularmente em regiões como América do Norte e Europa.

Maiko Gomes (2021) e Eytan Gilboa (2006) enfatizam que tal estratégia, visa mudar percepções negativas e construir mais apoio no Ocidente. Assim como Bob exploraria a mudança para as agendas minoritárias para obter algum apoio, Israel muda um discurso sobre suas percepções acerca de direitos LGBTQIA+ para valores reais essenciais no Ocidente, tendo frequentemente omitido complexidade e até exclusões para palestinos LGBTQIA+. Tal crítica,

para Fraser, repousaria na medida em que esse reconhecimento cultural sem redistribuição e igualdade reais forma uma alternativa política mais do que uma política real de justiça social. Na embalagem de Israel, os direitos para LGBTQIA+ são parte de uma imagem de modernidade e agem como, de acordo com Fraser, uma "pacificação social" ao discutir uma crítica à política de identidade.

Jasbir Puar, ao oferecer uma teoria sobre a crítica do homonacionalismo, tornou possível examinar criticamente como os direitos LGBTQIA+ podem se tornar parte de uma agenda nacionalista. Em Israel, isso é o que é considerado "*pinkwashing*": a atenção às questões LGBTQIA+ é uma justaposição incrível à opressão e ocupação que a população palestina vem sofrendo. Ao seguir Sarah Schulman (2011) e Evangelos Tziallas (2014), entende-se como o "*pinkwashing*" não apenas busca construir uma imagem positiva de Israel, mas consolida um "imperialismo cultural" ideal no sentido conceituado por Iris Marion Young. Young afirma que o imperialismo cultural ocorre quando os valores de uma cultura dominante são impostos a outras; assim, aquelas identidades que não refletem esse modelo político são tornadas invisíveis e sujeitas. Ao defender os direitos da comunidade LGBTQIA+ e suprimir a identidade palestina, Israel tece um enredo que legitima a imagem do país como uma potência liberal e civilizada, apagando vozes dissidentes.

Puar também sustenta, como Young, que o "*pinkwashing*" é um modo de violência simbólica que estimula a marginalização daqueles que estão fora da identidade idealizada do Estado-Nação. Um movimento de crítica de Kymlicka contra a instrumentalização dos direitos das minorias também pode ser aplicado aqui: tratar os direitos LGBTQIA+ como um instrumento para ganhar legitimidade internacional significa que Israel viola esses direitos em algum nível mais alto e abstrato, usando-os para fortalecer hierarquias de poder. Se o "*pinkwashing*" funciona para construir uma imagem, então também funciona para uma forma de exclusão: para gays que não atendem à visão de Israel que é desejada, espere ser marginalizados.

Embora pertençam a autores interessados em formar uma unidade com nomes como Kymlicka e Taylor, onde a manutenção dos direitos das minorias é um princípio básico da democracia e integração, o "*pinkwashing*" e o homonacionalismo implantam uma compreensão instrumental dos direitos onde as pessoas são incluídas condicionalmente e para performance. O "*Tel Aviv Gay Vibe*", se promovendo como um hotspot LGBTQIA+ mundial, serve para ilustrar como a aceitação LGBTQIA+ se torna uma performance (c.f. Gomes 2021; Tziallas 2014), servindo a objetivos de turismo e desenvolvimento econômico em oposição ao compromisso real com a justiça social. A estrutura ética discursiva de Kymlicka é, portanto,

rompida porque, se seguirmos a partir das postulações de Bob, é possível argumentar que os direitos LGBTQIA+ operam dentro de uma lógica de “mercado”, onde a inclusão é comercializada e condicional, conforme ele observa em seus estudos mais amplos acerca dos movimentos de direitos humanos.

Fraser nota que a “inclusão” por meio do reconhecimento, mas sem redistribuição, perpetua a mesmice no que diz respeito às estruturas de poder. O conceito de “*Pinkwashing*” pode servir como um exemplo dessa crítica, retratada como uma inclusão de LGBTQIA+ sem levar em conta, na realidade, os níveis deploráveis de desigualdade que a comunidade queer em Israel (especificamente os palestinos LGBTQIA+) enfrenta. Embora Taylor acredite que o reconhecimento de identidades minoritárias incentive a construção de pontes e a assimilação social, da leitura de Puar essa inclusão performática exacerbaria ainda mais a assimilação real e fortaleceria as mãos do Estado - nesse caso, um Estado com práticas bélicas e coloniais - bem o oposto dos projetos de justiça distributivas e não distributivas de Fraser e Kymlicka.

A estratégia de marca nacional de Anholt é totalmente implementada na campanha Israeli “*Brand Israel*”, destinada a mostrar ou explicar exatamente como os direitos das minorias e LGBTQIA+ são usados como uma ferramenta para construir uma “marca” que garanta benefícios dentro do Sistema Internacional. De acordo com Vera Michlin (2010) e Gomes (2021), ao rotular Tel Aviv como uma cidade LGBTQIA+, Israel está atraindo turismo e, ao mesmo tempo, se legitimando como um estado progressista. Conforme colocado por Haddad (2017), isso faz com que os direitos LGBTQIA+, por meio do turismo e da propaganda diplomática, funcionem como uma Ferramenta de “soft power”, trazendo capital financeiro e político, firmando ainda mais alianças com o Ocidente.

Fraser vê a falta de redistribuição no campo do reconhecimento cultural como uma acusação à forma de inclusão oferecida. Mesmo com uma imagem tão inclusiva que Israel retrata, os palestinos e árabes LGBTQIA+ estão na verdade sendo mantidos à margem, negados tal cidadania. A natureza limitada da inclusão descrita é sublinhada por este exemplo. Assim como Bob argumentou que é competitivo com o uso de movimentos de direitos para os benefícios de investimentos e turistas, também o empreendimento “Brand Israel” reduz os direitos LGBTQIA+ a um recurso econômico, o que desmembra qualquer compromisso de primeiro plano com a igualdade e a justiça.

O “*pinkwashing*” foi criticado por acadêmicos interseccionais como Emma Graham-Harrison (2024) e Sarah Schulman (2011) por provar que a aceitação de pessoas LGBTQIA+ por Israel depende apenas de seus modos de identificação com Israel como um país supostamente progressista. Organizações ativistas como “*Queers Against Israeli Apartheid*”

(QAIS) e Al-Qaws apontam que, embora as inclusões LGBTQIA+ funcionem contra os palestinos LGBTQIA+, a experiência palestina de discriminação difere de outras — como explicado por Haneen Maikey, ela não foi reconhecida perenemente. De acordo com Fraser e Young, isso pode ser pensado como uma instância do que eles chamariam de "reconhecimento contextual", pelo qual o estado concede direitos apenas a pessoas LGBTQIA+ em relação à imagem ideal que atende à homonormatividade, ao mesmo tempo em que exclui comunidades racializadas. Na prática, a própria experiência de palestinos LGBTQIA+ que buscam refúgio em Israel provoca violência e discriminação e desmente essa alegação de inclusão. O que Young poderia chamar de "imperialismo cultural" permitiria um entendimento de que, de forma alguma, o *"pinkwashing"* serve como uma política de assimilação real, mas, mais importante, como uma ferramenta de governança simbólica que consolida relações de poder/cidadania racializadas. Ao justapor *"pinkwashing"*/homonacionalismo com discursos de direitos das minorias, pode-se rastrear algumas convergências críticas, bem como divergências. De fato, enquanto Kymlicka e Taylor apresentam os direitos das minorias como bons blocos de construção centrais de justiça social e coerência democrática, a prática israelense de *"pinkwashing"* usa esse mesmo argumento como uma prática instrumental de branding de nação e sujeição simbólica. Ao forçar atos performáticos de inclusão, Israel pode se mostrar moderno, quando na realidade opera sob uma forma de poder que joga para as margens aquelas pessoas que não se conformam com o enredo nacionalista. De fato, essa convergência entre a crítica de Fraser à política de reconhecimento sem redistribuição e o *"pinkwashing"* ressalta o quanto essa inclusão sem transformação estrutural limita o acesso real à direitos. O estratégico *"Brand Israel"* explica como os direitos LGBTQIA+ podem ser usados para interesses econômicos e geopolíticos e continuar reforçando a desigualdade ao despolitizar a identidade queer. Esta análise, portanto, aponta que o reconhecimento seletivo, seja para minorias étnicas ou LGBTQIA+, não avança a justiça social em direção aos seus significados reais, mas apenas reforça um sistema no qual certas identidades - em vez de outras - sustentam um ciclo de divisão e hierarquia.

"Pinkwashing" e homonacionalismo distorcem os direitos de seu papel adequado como verdadeira inclusão e os transformam em armas políticas e econômicas. Mapear a intersecção dessas duas literaturas pode revelar o potencial manipulador do reconhecimento performativo ao oferecer uma estrutura crítica para a análise da instrumentalização de identidades e inclusão, a partir de um nível simbólico mais interseccional. Ele fornece ferramentas para a literatura sobre *"pinkwashing"*/homonacionalismo na crítica de políticas que, embora possam promover uma imagem de modernidade e progresso, escondem desigualdades e exclusões sistêmicas:

uma análise mais completa de como as práticas vêm a reforçar tais hierarquias de poder e controle.

Esses autores, além disso, permitem que a análise do *“pinkwashing”* e do homonacionalismo seja mais sensível ao contexto e variada. Ou seja, com Kymlicka e Taylor, temos uma base para entender como as políticas de identidade são reconhecidas e encorajadas em estados liberais. Bob e Chandra levam isso mais longe ao incluir um foco em elementos transnacionais e étnicos. Fraser e Young enriquecem ainda mais as implicações sociais e econômicas relacionadas ao *“pinkwashing”*, enquanto Bhabha fornece alguma oportunidade para tal análise do fenômeno em contextos pós-coloniais. Portanto, essa mistura fornece uma estrutura teórica robusta para explorar o *“pinkwashing”* e o homonacionalismo em um nível global — não apenas como aparatos de inclusão seletiva, mas como ferramentas culturalmente, economicamente e politicamente manipuladoras, adaptadas a especificidades locais, que podem ser usadas para desmascarar uma múltipla camada de opressões e inclusões implicadas nesses fenômenos e, portanto, podem ser úteis na crítica de vários contextos culturais e nacionais.

5. CONCLUSÃO

A revisão sobre homonacionalismo e a literatura sobre *“pinkwashing”* revela, assim, campos que se desenvolveram a partir da ênfase inicial em casos israelenses por meio de várias lentes de interpretação teórica e casos. A literatura observa o uso estratégico dos direitos LGBTQIA+ na diplomacia pública para retratar uma face social moderna e progressiva que ressoa contra as políticas de ocupação e exclusão, especialmente em relação aos palestinos. Esta análise se apoia principalmente em contribuições de acadêmicos como Jasbir Puar, Sarah Schulman e outros focados diretamente no *“pinkwashing”* israelense, para sustentar um modelo explicativo onde, notavelmente, a inclusão LGBTQIA+ é ativamente instrumentalizada no reforço da narrativa nacionalista - capaz de atrair apoio internacional e suavizar críticas externas.

Os estudos sobre *“pinkwashing”* e homonacionalismo em Israel trouxeram desenvolvimento conceitual crucial em como os direitos LGBTQIA+ poderiam ser mobilizados para promover uma imagem favorável de alguns estados enquanto escondem modos de exclusão e violência contra outras minorias. De acordo com Puar, o surgimento do homonacionalismo representa uma conjuntura histórica na qual certas identidades LGBTQIA+

são incorporadas dentro e como parte do aparato estatal, e outras — especialmente as racializadas — continuam a ser rejeitadas. O campo de estudos a ser considerada a partir desta estrutura mostrará o homonacionalismo não apenas como um fenômeno de inclusão contingente, mas também como uma tecnologia de poder geopolítico, na qual, sob a rubrica nacional, os direitos das pessoas LGBTQIA+ endossam políticas imperialistas ou excludentes.

No entanto, após analisar as contribuições da literatura sobre a instrumentalização dos direitos das minorias, evidencia-se que se pode usar essa literatura para explorar desenvolvimentos políticos semelhantes ao caso israelense. A literatura sobre “*pinkwashing*”/homonacionalismo se concentrou principalmente no caso de Israel, que é bastante limitado a um contexto geopolítico específico no qual a diplomacia pública, o conflito regional e as questões de identidade nacional estão interligados entre si em certos aspectos. Este foco, por um lado, nos ajuda a compreender como o “*pinkwashing*” funciona dentro de um ambiente de conflito e como narrativas de progresso LGBTQIA+ podem ser usadas na prática para mascarar práticas de violência e ocupação; por outro lado, em sua ênfase exagerada em Israel, precede a criação de um tipo de “caso modelo” que efetivamente não transmite automaticamente o funcionamento do “*pinkwashing*” e do homonacionalismo em outras realidades.

A revisão da literatura sobre homonacionalismo e “*pinkwashing*” esclarece como esses dois termos, na maioria dos discursos, passaram a ser utilizados para afirmar uma “ideologia de supremacia cultural ocidental” por meio da aceitação queer sob o pretexto de justapor a homofobia de migrantes e minorias étnicas. Por exemplo, Bracke e Mepschen (2010) ilustram que isso é transformado em um indicador de “civilidade” na Europa e, conseqüentemente, consolida histórias nacionalistas exclusivistas que vinculam preconceitos pejorativos a etnias atributivas. Estas foram totalmente desenvolvidas no caso de Israel; no entanto, eles apresentam várias gradações diferentes na América Latina e na Ásia de acordo com as condições políticas e culturais.

Por exemplo, na América Latina, escritores como Cardenas (2021) e Pérez-Sánchez (2016) descrevem como o discurso da inclusão LGBTQIA+ é adotado para moldar uma imagem de modernidade em países como Brasil e Argentina, mesmo enquanto a violência e a desigualdade estrutural continuam a marcar realidades no terreno sociopolítico. Dessa forma, a aceitação LGBTQIA+ é principalmente instrumentalizada para servir como um sinal positivo de progresso e inclusão, em vez de manter em suas dobras compromissos reais com mudanças sociais profundas. Isso é contabilizado no estudo de Martínez-Expósito (2017), que marca essa “inclusão simbólica” como um trunfo político para melhorar a face internacional de vários

países latino-americanos, ao mesmo tempo em que mascara desigualdades muito reais, embora ainda latentes em algum grau.

O “*pinkwashing*” em campanhas de turismo LGBTQIA+ é comum na Ásia, especialmente em cidades como Taipei e Bangkok, porque a visibilidade LGBTQIA+ é usada para atrair e chamar a atenção de empresas e turistas. Wahab (2021) elabora ainda mais que na Ásia, essa aceitação superficial de alguns indivíduos LGBTQIA+ é apenas superficial e não dá nenhuma garantia de proteção e segurança à população queer local. A pesquisa de Tziallas (2014) apoia ainda mais isso ao detalhar que os espaços são articulados para atrair turistas ocidentais sem impugnar as mesmas estruturas sociais que marginalizam esses grupos de turistas em casa. Tais estudos, portanto, mostram a maneira como a literatura já tem que, no homonacionalismo e no “*pinkwashing*”, ampliar ainda mais o escopo em direção a uma visão comparativa mais ampla. A preocupação com Israel como um “caso modelo” - apesar de suas contribuições para o desenvolvimento do campo - corre o risco de ocultar a diversidade de formas que a realidade de outras regiões assume em relação a esses fenômenos, o que, de certa forma, pode enfraquecer a própria análise local dos fenômenos israelenses. Estudos como Parodi (2019), que abordam a implementação dessas estratégias em diferentes cenários geopolíticos, contribuem para uma estrutura que, sem perder de vista sua regra geral, reconhece as especificidades de regiões e culturas. Dentro dessa visão, é possível compreender como os direitos LGBTQIA+ podem ser usados estrategicamente para encobrir diferentes tensões políticas e econômicas e apoiar qualquer tipo de região do mundo.

Em suma, as literaturas sobre homonacionalismo e “*pinkwashing*” exigem extensão e comparação em vista das especificidades de determinados contextos políticos, sociais e culturais. É somente detalhando-os por meio de uma abordagem mutuamente constitutiva que é possível entender como as dinâmicas de interesse definidas regionalmente em diferentes partes da região contribuem e agem sobre o “*pinkwashing*” e o homonacionalismo de maneiras que permitem uma compreensão muito mais matizada, completa e crítica de seus funcionamentos e efeitos globais. Isso ofereceria uma abordagem mais matizada de como os direitos LGBTQIA+ são instrumentalizados, com base na perpetuação de diferentes histórias para dar uma impressão de progresso e modernidade em nível global.

REFERÊNCIAS

ANHOLT, Simon. *Twenty-First Century*. 1996.

BIDASECA, Karina. Sexualizar las fronteras: Pinkwashing y homonacionalismo en Palestina e Israel. *Horizontes decoloniales*, [s. l.], v. 66, p. 121-140, 2020. DOI 10.13169/decohor.6.2020.0121. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/decohor.6.2020.0121>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BOB, Clifford. *The Marketing of Rebellion: Insurgents, Media and International Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BRACKE, Sarah; MEPSCHEN, Paul. *European Homonationalism: The Contradictions of Queer Citizenship*. 2010.

BRACKE, Sarah. From 'saving women' to 'saving gays': Rescue narratives and their dis/continuities. *European Journal of Women's Studies*, v. 19, n. 2, p. 237-252, 2012.

BRITT, Brett Remkus. "Pinkwashed – Gay Rights, Colonial Cartographies And Racial Categories In The Pornographic Film Men Of Israel". Em: *International Feminist Journal of Politics*, v. 17, n. 3, p. 398-415, 2015.

CARDENAS, M. G. *Queering International Relations: A Comparative Latin American Case Study*. ScholarWorks - Cal State, 2021.

CARSON, Tyler. 'He's Got a Rainbow Gun': Homonationalism and the Israel-Palestine Conflict. *Interstitial Journal - University of Toronto*, 2013.

CAVITCH, Max. *Michael Lucas and the Pornography of Migration*. Disponível em: <http://www.sensesofcinema.com/author/max-cavitch/>. Acesso em: 01/05/2023.

CHANDRA, Kanchan. *Why Ethnic Parties Succeed: Patronage and Ethnic Headcounts in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CHESHIN, Amir S.; HUTMAN, Bill; MELAMED, Avi. *Separate and Unequal: The Inside Story of Israeli Rule in East Jerusalem*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

COURSENE-NEFF, Zama. *Discrimination against Palestinian Arab Children in the Israeli Education System*. Human Rights Watch, 2003.

DUGGAN, Lisa. *The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism*. Routledge, 2002.

ELISSON, Joy. Recycled rhetoric: brand Israel “pinkwashing” in historical context. Dissertação - College of Liberal Arts & Social Sciences Theses and Dissertations, DePaul University, Chicago, 2013.

EVANGELOS, Tziallas. The new ‘Porn Wars’: representing gay male sexuality in the Middle East. *Psychology & Sexuality*, v. 6, n. 1, p. 93-110, 2015. DOI: 10.1080/19419899.2014.983741.

FERNÁNDEZ, D. A. Islamofobia queerizada y resistencias musulmanas queer en tiempos de homonacionalismo // Queered Islamophobia and Queer Muslim forms of Resistance in times of Homonationalism. *Revista De Estudios Internacionales Mediterráneos*, n. 24, 2018.

FRASER, Nancy. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? *New Left Review*, 1995.

GILBOA, Eytan. Public Diplomacy: The Missing Component in Israel’s Foreign Policy. *Israel Affairs*, v. 12, n. 4, p. 731-732, 2006.

GOMES, Maiko. *Nacionalismo Para Quem? Uma Análise Genealógica do Pinkwashing Israelense*. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa.

GOMES, M. J. de A. *Nacionalismo para quem?: uma análise genealógica do pinkwashing israelense*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2021.

GROSS, Aeyal. The Politics of LGBT Rights in Israel: An Intersectional Perspective. *Journal of Homonationalism Studies*, 2015.

HADDAD, Ralph. Queering the Occupation: Settler-Colonial Sexualities in the Era of Homonationalism LGBTQIA+. *LGBTQIA+ Studies Review*, 2017.

HARTAL, Gilly; SASSON-LEVY, Orna. Homonationalism and the Politics of Belonging in Israel. *Gender, Place & Culture*, 2018.

HICKEY, G. Pinkwashing Localized: Tourism and LGBTQIA+ Rights in Tel Aviv. Middle Eastern Cultural Studies, 2024.

HUBERMAN, Bruno. Judaização da Palestina ocupada: colonização, desapropriação e deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/111152>.

JOY, Elisson. Recycled rhetoric: brand Israel “pinkwashing” in historical context. Dissertação - College of Liberal Arts & Social Sciences Theses and Dissertations, DePaul University, Chicago, 2013.

KAMA, Amit; RAM, Yael. “Hot Guys” in Tel Aviv: pride tourism in Israel. Israel Studies Review, v. 8, n. 1, p. 1-21. DOI: <https://doi.org/10.3167/isr.2020.350106>.

KAMINER, Michael. “Pornographic Stimulus Plan”. Em: The Forward, September 16. Disponível em: <https://forward.com/culture/114183/pornographic-stimulus-plan/>. Acesso em: 01/10/2022.

KYMLICKA, Will. Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights. Oxford: Clarendon Press, 1995.

LAHIRI, S. Intersectionality and Pinkwashing: Race and LGBTQIA+ Rights. 2020.

MAIONE, E.; QUINALHA, R. Queer Mutations and Repressions in Brazil. Contexto Internacional, 2023.

MALAMAN, Augusto. Pornografia e necropolítica colonial: Men of Israel e o Estado Nação como fetiche sexual. Disponível em: <https://corposafetosepolitica.wordpress.com/2021/01/04/pornografia-e-necropolitica-colonial-men-of-israel-e-o-estado-nacao-como-fetiche-sexual/>. Acesso em: 01/10/2022.

MASALHA, Nur. A Land without a People: Israel, Transfer and the Palestinians, 1949-96. London: Faber & Faber, 1999.

MARTÍNEZ-EXPÓSITO, Alfredo. Homophobia: Reflections on the Way Forward. Interlalia: Queer Studies Journal, 2017.

MEPSCHEN, Paul. A Post-Progressive Nation: Homophobia, Islam, and the New Social Question in the Netherlands. In: National Politics and Sexuality in Transregional Perspective, ROHDE, Achim; VON BRAUN, Christina; SCHÜLER-SPRINGORUM, Stefanie (Eds.), 2018.